



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Nº AUDÍVIA: 791033

DATA DE REGISTRO: 13/09/2022

DADOS DO MANIFESTANTE:

NOME: MDH/Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

CPF/CNPJ:

TELEFONE: null

E-MAIL: conanda@mdh.gov.br

MUNICÍPIO: Recife

LOCALIDADE: null

A Secretaria-Executiva do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente nos termos do artigo 260-K do Estatuto da Criança e do Adolescente, Portaria nº 3.136, de 26 de dezembro de 2019 e Portaria nº 2.006 de 13 de julho de 2021, informa a este eminente Ministério Público que os Municípios abaixo constam com inconsistências no cadastro do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.



3157567

00135.219142/2022-37



MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS
Gabinete da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

OFÍCIO Nº 378/2022/CONANDA/GAB.SNDCA/SNDCA/MMFDH

Brasília, 05 de setembro de 2022.

Ao
Ministério Público do Estado de Pernambuco
ouvidoria@mppe.mp.br

Assunto: Regularização de Fundos Municipais do Direito da Criança e do Adolescente

1. A Secretaria-Executiva do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente nos termos do artigo 260-K do Estatuto da Criança e do Adolescente, Portaria nº 3.136, de 26 de dezembro de 2019 e Portaria nº 2.006 de 13 de julho de 2021, informa a este eminente Ministério Público que os Municípios abaixo constam com inconsistências no cadastro do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Município	Situação Cadastral	Tipo de Inconsistência
Afrânio	Inconsistente	Dados bancários incompletos.
Agrestina	Inconsistente	Favorecido Incompatível
Águas Belas	Inconsistente	Favorecido Incompatível
Araçoiaba	Inconsistente	Domicílio Bancário Inexistente
Bodocó	Inconsistente	Natureza jurídica incorreta.
Bom Conselho	Inconsistente	Dados bancários incompletos.
Brejo Da Madre De Deus	Inconsistente	Favorecido Incompatível
Cachoeirinha	Inconsistente	Dados bancários incompletos.
Correntes	Inconsistente	Dados bancários incompletos.
Granito	Inconsistente	Banco Privado.
Ibirajuba	Inconsistente	CNPJ inapto ou baixado.Natureza jurídica incorreta.
Itambé	Inconsistente	Dados bancários incompletos.
Itaquitinga	Inconsistente	Dados bancários incompletos.
Jucati	Inconsistente	Dados bancários incompletos.
Jupi	Inconsistente	Dados bancários incompletos.
Lagoa Do Carro	Inconsistente	Dados bancários incompletos.
Manari	Inconsistente	Banco Privado.
Moreilândia	Inconsistente	Natureza jurídica incorreta.
Parnamirim	Inconsistente	Dados bancários incompletos.
Passira	Inconsistente	Dados bancários incompletos.
Primavera	Inconsistente	Dados bancários incompletos.
Santa Cruz Da Baixa Verde	Inconsistente	Dados bancários incompletos.

São Benedito Do Sul	Inconsistente	CNPJ não é de FDCA.
Solidão	Inconsistente	Favorecido Incompatível
Tabira	Inconsistente	Dados bancários incompletos.
Verdejante	Inconsistente	CNPJ não é de FDCA. Natureza jurídica incorreta.
Vicência	Inconsistente	Dados bancários incompletos.
Trindade	Inconsistente	Favorecido Incompatível
Xexéu	Inconsistente	Natureza jurídica incorreta.
Belo Jardim	Inconsistente	Banco Privado.
Chã Grande	Inconsistente	Domicílio Bancário Inexistente
Machados	Inconsistente	Natureza Jurídica Incorreta

2. O artigo 127 da Constituição Federal que diz “O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, **incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis**”. Neste sentido, solicitamos a este *parquet* que atue no sentido de instar os municípios indicados a cadastrarem o Fundo do Direito da Criança e do Adolescente, conforme disposto no artigo 260-K do Estatuto da Criança e do Adolescente — ECA, bem como disposto na Portaria do MMFDH nº 2.006 de 13 julho de 2021 e Instrução Normativa nº 1.131 da Receita Federal do Brasil. o link para cadastro é cadastrofdca.mdh.gov.br.

Município	Situação Cadastral
Afogados Da Ingazeira	Não Possui
Buenos Aires	Não Possui
Calçado	Não Possui
Camutanga	Não Possui
Capoeiras	Não Possui
Carnaíba	Não Possui
Cortês	Não Possui
Cumaru	Não Possui
Fernando De Noronha	Não Possui
Frei Miguelinho	Não Possui
Iati	Não Possui
Itapissuma	Não Possui
Jurema	Não Possui
Nazaré Da Mata	Não Possui
Palmeirina	Não Possui
Sairé	Não Possui
Saloá	Não Possui
São Joaquim Do Monte	Não Possui
São José Do Belmonte	Não Possui
Tacaimbó	Não Possui
Terezinha	Não Possui
Tuparetama	Não Possui
Vertentes	Não Possui
Alagoinha	Não Possui
Angelim	Não Possui
Barra de Guabiraba	Não Possui
Belém do São Francisco	Não Possui
Bonito	Não Possui
Brejão	Não Possui
Brejinho	Não Possui
Caetés	Não Possui
Calumbi	Não Possui
Camocim de São Félix	Não Possui

Catende	Não Possui
Cedro	Não Possui
Chã de Alegria	Não Possui
Condado	Não Possui
Cupira	Não Possui
Custódia	Não Possui
Flores	Não Possui
Ingazeira	Não Possui
Ipubi	Não Possui
Itacuruba	Não Possui
Jaqueira	Não Possui
Jataúba	Não Possui
Jatobá	Não Possui
Lagoa do Ouro	Não Possui
Lajedo	Não Possui
Macaparana	Não Possui
Maraial	Não Possui
Orobó	Não Possui
Orocó	Não Possui
Ouricuri	Não Possui
Poção	Não Possui
Quipapá	Não Possui
Quixaba	Não Possui
Ribeirão	Não Possui
Rio Formoso	Não Possui
Sanharó	Não Possui
Santa Cruz	Não Possui
Santa Maria do Cambucá	Não Possui
São José do Egito	Não Possui
São Vicente Férrer	Não Possui
Serrita	Não Possui
Sertânia	Não Possui
Sirinhaém	Não Possui
Terra Nova	Não Possui
Toritama	Não Possui
Tracunhaém	Não Possui

3. Cabe salientar que o cadastro do referido Fundo diz respeito a aptidão dos municípios a receberem os recursos de que trata o artigo 260 do ECA a saber, "doações ao Fundo da Criança e do Adolescente, destinadas pelos contribuintes no imposto de renda".

Atenciosamente,

LUCAS BATISTA DE CARVALHO PINHEIRO
Coordenador-Geral

Secretaria-Executiva do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

FERNANDA RAMOS MONTEIRO
Secretária Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - Substituta



Documento assinado eletronicamente por **Lucas Batista de Carvalho Pinheiro, Secretario(a)-Executivo(a) do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente**, em 06/09/2022, às 14:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda Ramos Monteiro, Secretário(a) Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, Substituto(a)**, em 09/09/2022, às 08:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mdh.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **3157567** e o código CRC **C3BA8E24**.

Referência: Caso responda este ofício, indicar expressamente o Processo nº 00135.219142/2022-37

SEI nº 3157567

Esplanada dos Ministérios, Bloco A, 9º Andar - Zona Cívico-Administrativa CEP 70054-906 - Brasília/DF

Página GOV.BR: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/acesso-a-informacao/protocolo>